




## PORNOGRAFIA E VIOLÊNCIA SEXUAL EM DEBATE NO CAMPO EDUCACIONAL: CONHECER PARA COMBATER

## PORNOGRAPHY AND SEXUAL VIOLENCE IN THE EDUCATIONAL FIELD: UNDERSTANDING TO COMBAT

Hanna Teixeira Gomes Corrêa Leão Teixeira 

Ivanilde Apoluceno de Oliveira 

### RESUMO

Em contexto de banalização da violência, da sexualidade e da pornografia destaca-se o objetivo de analisar como o dilema da violência sexual pode ser atravessado e enfrentado pela educação. A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica a partir da educação (Freire, 2015), da filosofia (Dussel, 1993) e da psicologia (Sanderson, 2005) em diálogo com uma pesquisa colaborativa com profissionais da educação infantil da cidade de Belém. Os dados obtidos evidenciam que a violência sexual é um problema que impacta o desenvolvimento acadêmico e integral de indivíduos e da sociedade. Essa violência pode ser identificada a partir de sinais dados pelas vítimas, a fim de que não continue a ocorrer perpetuamente. Em suma, é de responsabilidade social da educação conhecer a violência sexual para combatê-la.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criança. Prevenção. Violência. Violência sexual.

### ABSTRACT

In a context marked by the trivialization of violence, sexuality, and pornography, this study aims to analyze how the dilemma of sexual violence can be addressed and confronted through education. The methodology adopted involved a bibliographic review grounded in education (Freire, 2015), philosophy (Dussel, 1993), and psychology (Sanderson, 2005), in dialogue with a collaborative study conducted with early childhood education professionals in the city of Belém. The data collected reveal that sexual violence is a problem that affects both academic performance and the overall development of individuals and society. This type of violence can be identified through signs presented by victims, with the goal of preventing its continued perpetuation. In summary, it is the social responsibility of education to understand and combat sexual violence.

**KEYWORDS:** Child. Prevention. Violence. Sexual violence.

### INTRODUÇÃO

A fim de elucidar a responsabilidade social da educação com novas perspectivas para o papel da educação no desenvolvimento de uma sociedade

mais justa que promova paz, ética e respeito é importante dar luz ao dilema das violências que permeiam a educação. Dentre elas, a violência sexual contra crianças e adolescentes, sofrida por mais de oito mil estudantes da educação básica no ano de 2023, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024. Tendo isso em vista, esse estudo possui o objetivo de analisar como o dilema da violência sexual pode ser compreendido e enfrentado pela educação.

Esse artigo é um recorte de Tese de doutoramento defendida em 2024 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. A metodologia da pesquisa se deu por meio de uma pesquisa colaborativa (Gasparotto; Menegassi, 2016) com 28 educadoras e educadores da educação infantil da rede pública da cidade de Belém do Pará, por meio de círculos dialógicos culturais formativos de partilhas sobre prevenção à violência sexual contra crianças, os quais foram registrados e transcritos em relatórios.

A partir das construções em grupo a pesquisa colaborativa relaciona saberes teóricos e práticos, busca diminuir a distância entre conhecimento elaborado no Ensino Superior e o que se vivencia na realidade da escola. Esse conhecimento é relacional, não somente entre teoria e prática, também é relacional por se dar entre diferentes sujeitos. A pesquisa colaborativa possui:

o senso “Ubuntu” do aprendizado partilhado, da troca, da construção de saberes e possibilidades em grupo, do aprender a ouvir o outro. Buscam-se nas manifestações das diferentes opiniões e tensões, inerentes a esse processo, novas perspectivas frente aos desafios cotidianos contrapondo-se ao isolamento das ações educativas e pesquisas acadêmicas. Dentro dessa proposta de inter-relação de saberes, a pesquisa colaborativa nasce a partir de demandas de maior interlocução entre os conhecimentos acadêmicos e a realidade do contexto educacional (Gava, 2018, p. 73).

Nessa perspectiva, assim como na realidade, não há conhecimento isolado, principalmente quando o problema de pesquisa também é um problema social, cheio de faces e complexidades, como a violência sexual contra crianças, que para ser abordado necessita de diferentes olhares e mãos. Diante disso, a pesquisa colaborativa é definida como um trabalho compartilhado capaz de intervir na realidade.

Gasparotto e Menegassi (2016, p. 950) afirmam que uma das principais características desse tipo de pesquisa é a “construção coletiva do conhecimento e

intervenção sobre a realidade estudada”. Essa construção coletiva que se contrapõe ao isolamento é muito cara à presente investigação, pois, ela busca ir além das atividades pontuais e isoladas de prevenção à violência sexual contra crianças. Essas atividades são importantes, porém, criar uma compreensão e organização coletiva de prevenção na cidade de Belém, com um viés epistemológico e metodológico conhecido e vivenciado pela maioria, é prioridade para tornar a prevenção parte da agenda cotidiana da educação.

Os cuidados éticos se deram pela utilização de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e pela aprovação em comitê de ética com o parecer de número 6.943.053. No TCLE participantes apontaram com qual nome gostariam de ser referidos na pesquisa. Diante do exposto, cabe conceituar a partir dos intelectuais da área e dos educadores das infâncias de Belém o que entendemos por violência e violência sexual, para isso também é crucial dialogar a respeito das consequências do abuso sexual à vítima e dos sinais de alerta que podem indicar abuso sexual.

## **1 PORNOGRAFIA, VIOLÊNCIAS E EDUCAÇÃO**

A normalização da erotização das crianças tem feito parte dos diálogos mais banais direcionados às crianças. Desde tenra idade já possuem aspectos dos seus corpos que são destacados em conversas. Os meninos recebem comentários sobre seus pênis e possuem o imaginário social de serem “pegadores”, de terem várias namoradinhas, de não poderem chorar, de serem agressivos a partir de um olhar da pornografia. Para Kilbourn e Levin (2009, p.35): “A violência torna difícil levar os meninos a se desenvolverem como seres sexuais cuidadosos e capazes de manter relacionamentos satisfatórios e afetivos”.

Por outro lado, as meninas recebem comentários sobre pernas e sobre bumbum, possuem a necessidade de adereços para “embelezá-las”. Nesse sentido, das meninas é exigido e almejado padrão de beleza desde bebês. Com isso, “as meninas veem o envolvimento dos meninos com a violência, e os meninos veem o envolvimento das meninas com a sensualidade; assim, todos eles aprendem lições prejudiciais sobre o que valorizar em si mesmos e no próprio gênero, bem como no do outro” (Kilbourn; Levin, 2009, p. 35)

Podemos visualizar essas exigências em concursos de beleza para crianças, nos quais são selecionadas “as mais bonitas de acordo com os padrões de beleza exigidos às mulheres adultas, com crianças de roupa de banho e com o apresentador questionando quem possui as pernas e o colo mais bonito, como ocorreu no Programa Silvio Santos em setembro de 2019 ou o quadro “Funkeirinhos do Raul Gil”, também de 2019. Nas palavras de Margareth Oliveira (2017, p. 79)

A sociedade contemporânea tem o corpo exaustivamente exibido pelas mídias digitais, principalmente, corpos femininos que constroem estereótipos de perfeição e sensualidade, contribuindo massivamente para a objetificação da mulher, desde a sua infância, alimentando, dessa forma, uma espécie de cultura de estupro, que age de forma perversa diante da sexualidade.

Ainda conforme Kilbourne e Levin (2009), sexualização e erotização consiste na exposição a conteúdos inadequados para idade, acionam mecanismos na criança que não correspondem ao seu desenvolvimento. A sexualidade na infância deve trabalhar o desenvolvimento do afeto, das relações com o outro, o conhecimento do corpo, a construção de autoestima. Porém, quando a erotização atravessa a formação da criança ela não tem como lidar com esses sentimentos, o que resulta em *déficits* cognitivos e sociais, tais como dificuldade na resolução de problemas, insatisfação com seus corpos, problemas alimentares, entrar precocemente em relacionamentos, interesse por pornografia e tornar-se vulnerável ao abuso sexual.

Como combater a erotização infantil? é importante evitar as seguintes atitudes: expor a criança à carícia intensas entre adultos; piadas erotizadas; incentivar brincadeiras de namoro entre crianças; comprar roupas adultizadas; ouvir músicas e acesso à coreografias sexualizadas; bem como acesso à conteúdo sem supervisão dos pais, entre outros.

Esse acesso à conteúdo sem supervisão dos pais além deixar a criança vulnerável para abusos na internet possibilita que crianças tenham acesso à pornografia, a qual influenciará negativamente nas concepções que esse sujeito em formação tem de si, do outro e do sexo. Para Kilbourne e Levin (2009, p.50): “a pornografia objetifica as pessoas (principalmente as mulheres) e tira o sexo

do contexto de um relacionamento afetivo. É difícil para as crianças desaprenderem essas atitudes”.

Dados disponibilizados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) demonstram o crescente acesso à pornografia, além de expor que o consumo de pornografia tem tido início na maioria das vezes aos onze anos de idade e que um terço das crianças entre dez e quatorze anos acessam esse tipo de conteúdo com frequência.

Baumel *et al* (2019) ao realizarem pesquisa com jovens sobre o acesso à pornografia chegaram à evidência de que esse acesso acontece por três principais finalidades: benefício ao relacionamento, satisfação pessoal e aprendizado, com isso, a sexualidade tem sido construída por esses jovens desde a infância a partir dessa perspectiva colocado pelo mercado da pornografia

Fica evidente que na atualidade informações de todos os tipos, inclusive sobre sexualidade, circulam com grande velocidade, todavia, a sexualidade continua a ser tabu nas escolas e nas famílias, o que faz com que crianças e adolescentes sejam formados a partir do olhar sexualizado das mídias sociais e da pornografia, as quais raramente impõe limites ao acesso ao corpo e proteção à criança.

A violência, para Freire (2015), proíbe os homens e mulheres de serem gente na sua integralidade. Violência é, para Michaud (1989), uma ação de alguém que causa danos a outro por meio de alguma força, seja física ou simbólica. Assim, “a violência fere a ontológica e histórica vocação dos homens – a do ser mais” (Freire, 2015, p. 45). A violência impede o diálogo, impede a autonomia, impede a vida. Compreendemos a violência contra criança e adolescente como “todo ato/omissão cometido pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições legitimadas capazes de causar danos físicos, sexuais e/ou psicológicos à pessoa” (Vieira, *et al*, 2015, p. 232).

O tema violência é recorrente nas pesquisas no campo da educação, podendo referir-se à violência étnico racial, de gênero, social, digital, entre tantas outras vertentes. Isso se dá devido a definição de violência ser ampla e ao mesmo tempo que é antiga é reinventada de acordo com as características da atualidade. Chauí (2003) discorre que a etimologia da palavra “violência” vem do latim, tratando-se de força que vai contra, nas palavras da filósofa:

tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, à vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (Chauí, 2003, p. 41-42).

Assim, a violência ocorre quando alguém se sente em situação de poder ao ponto de submeter o outro à sua vontade, ferindo a possibilidade de exercer sua existência por inteiro, tendo seu direito à vida violado por alguém que obtém qualquer vantagem a partir disso.

A violência não ocorre somente ao nível físico corpóreo, mas também possui dimensões que impactam a vulnerabilidade em subjetividade de forma simbólica. Diante de todas as múltiplas formas que a violência possui de prejudicar a vida do outro, tem sido impossível enfrentá-la como algo abstrato. Cabe compreender que a violência é algo que se materializa nas sociedades em diferentes tempos.

Ao analisarmos a América Latina, fica evidente que sua história é registrada a partir da violência, a partir da negação de povos originários, logo, violência e modernidade mostram-se como dois lados da mesma moeda. A violência exercida na colonização não é uma coincidência, pois é o *modus operandi* dela. Dussel (1993) detalha que o encobrimento do outro ocorreu a partir de diversas violências, sejam elas físicas ou simbólicas, ao negarem a vida, os saberes, as línguas, os costumes e as religiões dos povos.

A colonização da América Latina é tratada no âmbito escolar muitas vezes como se os povos indígenas fossem ingênuos e subservientes, porém, nossa história é um registro de extrema violência que é apresentado de maneira natural em muitos currículos escolares.

Essa naturalização da violência na história acaba por naturalizar a violência em outras dimensões, ensinando às crianças desde tenra idade que para que o mundo seja mundo sempre há vencedores e perdedores, ensinando também que em casos de extremo exercício de poder a única opção é render-se, como

retratam de maneira errônea a história de povos indígenas e africanos no continente latino-americano.

A irracionalidade da violência na origem do mundo moderno colocou os povos tradicionais como objetos, matérias a serem dominadas. Dussel (1993) detalha que, além do domínio geográfico, a Europa passa a buscar o controle das pessoas e de seus corpos. O homem moderno é violento, prático, ativo e impõe sua vontade ao outro. Esse processo histórico de violência é encoberto com o argumento de que foi o custo para o desenvolvimento da modernidade.

Cabe destacar que as características da colonização europeia não acabaram definitivamente com o fim do colonialismo, o domínio dos corpos e a hierarquização étnico-racial, de gênero e de faixa etária só se transformaram. Assim, a sociedade continua a ocultar processos de dominação e violência e a justificar sofrimentos causados por alguém que violenta e, ao mesmo tempo, é visto como o salvador.

Diante disso, a violência possui raízes históricas na formação da sociedade brasileira e continua a se desdobrar em diferentes formas de opressão. Esta investigação situada no campo da Educação dedica centralidade à violência sexual praticada contra crianças, uma forma de violência que tem ferido o desenvolvimento de inúmeros sujeitos. Cabe agora discorrer detalhadamente a respeito do que é a violência sexual, seus conceitos, consequências, sistema de garantia de direitos, escuta especializada.

A violência sexual é definida pela Organização Mundial da Saúde como toda tentativa ou ato sexual indesejado, que se dá por meio de coerção, ameaça ou força física e independe de qualquer relação prévia com a vítima. O abuso sexual pode ser classificado como agudo ou crônico. O agudo refere-se a um único episódio e o crônico a atos frequentes. O abuso sexual pode ocorrer com ou sem contato físico, seja por abuso verbal, visual, coito, oral, prostituição e assassinato.

A Violência sexual contra crianças e adolescentes é um crime que se dá quando um adulto ou um adolescente utiliza uma criança ou adolescente para prazer sexual. A violência sexual pode ser classificada como abuso sexual ou como exploração sexual (Azambuja, 2004). O abuso sexual é todo ato de

natureza sexual que envolva crianças e adolescentes, podendo ser por abuso de autoridade de pessoas adultas ou adolescentes.

Já a exploração sexual se caracteriza por alguma mercantilização, troca e/ou benefícios por atos sexuais de menores. Ferrari (2002) salienta que esses atos podem ocorrer sem contato físico, com contato físico e com contato físico acrescido de violência.

Aqui consideramos somente o âmbito do abuso, porém, a nomenclatura violência sexual também é utilizada, pois abuso passa a impressão de algo usado para além do previsto e crianças não deveriam ser usadas em nenhuma medida.

Para Faleiros e Faleiros (2008, p. 39), “o abuso sexual contra crianças e adolescentes é um relacionamento interpessoal sexualizado, privado, de dominação perversa, geralmente mantido em silêncio e segredo”. Apesar dessa definição, os autores salientam que os casos são diferentes entre si, ou seja, não há uma única forma de acontecerem, modificam-se de acordo com cada vítima, cada abusador, frequência, relação de dependência que a vítima possui com esse abusador, dentre outros aspectos. Em síntese, essa violência ocorre a partir de uma situação de um poder que viola a existência de crianças e adolescentes.

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro; b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico; c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação (Brasil, 2017, p. 2).

O abuso sexual contra crianças e adolescentes ocorre de diversos tipos, conforme Anciães e Agulhas (2022): intrafamiliar, onde o abusador faz parte da



família da vítima; extrafamiliar, quando é uma pessoa de confiança da família e da criança. O abuso extrafamiliar pode ser institucional, quando os abusadores são agressores em funções profissionais; comunitário, onde os abusadores são vizinhos, amigos ou desconhecidos na comunidade; e cibernético, que se dá por meio digital.

Sanderson (2005) classifica os tipos de abuso em contato físico ou sem contato físico. Os abusos com contato físico abarcam qualquer toque com fim de satisfação sexual, tais como tocar em partes íntimas; beijar a boca da criança; pedir ou forçar que a vítima toque nos genitais; usar toque físico para fazer com que a criança pratique atividades sexuais com outras pessoas; dentre outros. A colaboradora da pesquisa, Eliana (relatório 1, 2024, p.4), destaca a necessidade de a criança reconhecer qualquer forma de abuso ao afirmar que:

a violência sexual ao nosso ver não é somente o toque físico, mas é uma palavra, um gesto e a gente educa nossas crianças a saberem disso, para que não ocorra como aconteceu com a nossa colega, que só soube que tinha sido abusada depois de adulta.

Exatamente como Sanderson (2005) define o abuso sexual sem contato físico, o qual pode ser a incitação à criança praticar atividades sexuais com qualquer outra pessoa; expor a sua nudez e ver a nudez da criança com fim sexual; verbalizar conteúdo de cunho erótico à criança; ter e/ou expor atitudes sexuais na frente da criança; e aliciar a criança. Em suma, o abuso sexual contra crianças pode ser definido como:

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividade sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente (Sanderson, 2005, p. 17).

No contexto da presente pesquisa cabe um destaque para a violência que é ter e/ou demonstrações sexuais na frente da criança, pois pais praticarem ato sexual na frente das crianças, no mesmo cômodo, mesmo a considerar que eles estejam dormindo se configura como violência sexual, visto que sexo tem cheiro, som, hormônios que chegam até as crianças e elas não estão preparadas

psicologicamente para lidar com isso, como afirmaram as educadoras Nilcilene (relatório 3, p. 1) e Ana (relatório 3, p. 1):

*Nilcilene: é interessante a gente pontuar que as crianças verem os pais tendo relações sexuais também é uma violência. A gente que trabalha com as nossas crianças nas escolas públicas municipais, têm se deparado com diferentes realidades sócio econômicas. E quantas crianças nessas famílias compartilham o mesmo quarto com os pais? E por falta de conhecimento esses pais nem conseguem compreender que isso também é violência sexual. Aí está o nosso papel, às vezes em uma roda de conversa, de uma orientação é que eles vão se atentar.*

*Ana: Chegava na hora da higiene corporal tinha uma criança que sempre ficava agitada/excitada de estar perto dos meninos e quando ela voltava para a sala ela ia para debaixo da mesa ficar se masturbando. Chamamos a família e eles disseram que ela não via nada sexual em casa, que apesar de morarem em um único cômodo ela não via nada pois sempre estava dormindo enquanto eles tinham relações. Passou um tempo e ela saiu da UEI (Unidade de Educação Infantil) e foi para a escola, lá a professora ficou com ela na escola também trabalhava UEI e comentou que uma aluna chegou com ela e disse assim: "tia, tu sabia que eu vi o vovô [... palavras obscenas] da vovó? Eles pensam que eu tô dormindo, mas eu sou esperta, eu vejo tudo, até os filmes de saliência que eles veem" a professora ficou sem reação. Diante disso chamou-se a família e descobriram que ela via tudo o que eles faziam.*

Logo, expor a criança ao sexo, seja presencial ou midiático, altera os seus comportamentos, sua percepção de si, de intimidade, de privacidade, de limite corporal e faz com que a curiosidade da criança, que era algo positivo para o seu desenvolvimento, fique comprometida com temas que a violam e a estimulam a tentar reproduzir com outras crianças.

Também é relevante mencionar a violência sexual por meios digitais, ramo da violência sexual que movimenta de 2 a 3 bilhões de dólares por ano, conforme a autora, pelos sites de pornografia infantil. Terminologia que pode ser questionada e substituída por imagem de abuso sexual de crianças. Esse registro na internet de abuso infantil é utilizado por abusadores com diferentes objetivos, dentre eles: ser colecionado por abusadores; estimular sexualmente abusadores; criar rede de contato entre abusadores; chantagear e silenciar a criança.

A violência sexual por meio digital geralmente ocorre com o intuito de gerar material pornográfico ou de chegar à violência sexual física. O aliciamento de crianças ocorre por meio de sites e redes sociais abertas e sem supervisão dos responsáveis das crianças. A educadora Michelle (relatório 3, p. 1) detalha

como esse acesso pode ser perigoso a partir de um relato que presenciou na escola:

*Uma mãe veio até mim destruída na escola e contou que ela trabalhava o dia inteiro e a filha ficava muito tempo nos jogos no celular. A mãe sempre dizia a si mesma que a filha estava apenas jogando, assistindo vídeos no TikTok, quando ela descobriu que na verdade a filha estava sendo aliciada pelas redes sociais, já havia visto e feito de tudo de teor sexual possível. Foi uma situação muito delicada e desde então fiquei com as orelhas completamente em pé para crianças e adolescente com acesso sem supervisão à internet.*

O'Connell (2003) detalha os estágios pelos quais os abusadores passam para ganhar a confiança das crianças: iniciando pela formação de amizade e relacionamento, para estabelecer vínculo e confiança com a criança, com solicitação de fotos não sexuais, tornando-se uma falso melhor amigo; já no estágio de avaliação de risco o abusador verifica as chances de ser descoberto, a perguntar sobre a relação com os pais, quem acessa o computador ou o celular da criança; o estágio de exclusividade é quando o abusador expressa à criança amor e confiança mútuos, construindo com ela uma relação de intimidade e de segredo; por fim, o estágio sexual se dá na medida em que a criança se sente amada, apaixonada e chantageada pelo abusador, o qual a conduz a enviar fotos e vídeos seus de teor sexual, pode avançar para um encontro presencial.

A base da violência sexual por meio digital é fazer com que a criança confie e se sinta vista, amada pelo abusador, o que, infelizmente, pode ter muita eficácia nos tempos atuais, em que as crianças possuem acesso gigantesco ao celular e os pais também são muito ocupados e desconectados dos filhos, os quais estão à espera de criar vínculos e serem amados,

O aliciamento sexual pela internet consiste primeiramente no uso de web sites pessoais por pedófilos para chegar às crianças que reúnem as predileções específicas deles em relação à idade, sexo e aparência. Em particular, os pedófilos buscam web sites que fornecem informações públicas sobre o perfil das crianças. O objetivo do pedófilo é tornar-se amigo de uma criança pela internet, para mais tarde abusar sexualmente dela fora da *web* (Sanderson, 2005, p. 129).

Assim, os meios digitais, quando não supervisionados, podem ser um *portfólio* para os abusadores escolherem e aliciarem suas possíveis vítimas, daí a

necessidade de cuidado em expor fotos e intimidades de crianças em redes sociais e o grande perigo em permitir acesso irrestrito aos *smartphones*.

## **2 COMO A VÍTIMA CRIANÇA PODE SER AFETADA**

Também é importante mencionar o quanto a violência afeta quem a sofre, impactos tão relevantes que a violência sexual contra crianças é considerada um problema de saúde pública, sendo eles: medo, vergonha, culpa, ansiedade, solidão, depressão, podendo chegar à morte.

Além dos graves efeitos nas vítimas, os autores apontam que essa violência altera toda a sociedade, modificando as relações, as representações sociais e a existência como um todo:

- a) deturpa as relações socioafetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas; b) confunde, nas crianças e adolescentes violentadas, os papéis, dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais, perde-se a legitimidade da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais; c) inverte a natureza das relações entre adultos e crianças/adolescentes definidas socialmente, tornando-as; agressivas em lugar de humanas; negligentes em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas; controladoras em lugar de libertadoras; perversas em lugar amorosas; desestruturadoras em lugar de socializadoras; d) estabelece, no ser violentado, estruturas psíquicas, morais e sociais deturpadas e desestruturantes, principalmente nos abusos sexuais de longa duração e na exploração sexual comercial (Faleiros; Faleiros, 2008, p. 39).

Destacamos o caráter antiético da violência e como ele impede o ser mais gente de cada indivíduo que a sofre. A violência impacta a ética material de ter condições e o direito de ser e viver. A violência torna o sujeito vítima do sistema mundo e excluído do seu direito à vida. É o ser negado, oprimido, afetado e excluído. É um “não-poder-ser-vivente” (Dussel, 1993), que se corporifica com as inúmeras consequências que o abuso sexual causa à vítima, consequências emocionais, psicológicas e sexuais.

Sanderson (2005) afirma que as possíveis consequências do abuso sexual podem variar de acordo com os fatores de impacto vivenciados no abuso. A

idade em que o abuso ocorre é um fator que implica nas consequências deixadas na vítima. A autora afirma que quanto mais nova a criança, maiores os traumas: "o estresse na infância precoce, um fator do abuso sexual, pode causar dano permanente à estrutura neural e à função do cérebro em desenvolvimento, deixando uma marca indeletável" (Sanderson, 2005, p. 171). Assim, mesmo que a criança não lembre do episódio, ela estará marcada por ele.

Outro fator que pode influenciar nas consequências é a duração e frequência do abuso sexual. A autora verificou que abusos repetidos afetam o funcionamento da memória da vítima pela necessidade constante da criança desassociar-se do episódio traumático.

O tipo de atividade sexual não é o maior determinante do quanto o abuso afetará a criança, porém, estudos demonstram que "a penetração peniana é um poderoso fator em termos de impacto de abuso sexual" (Sanderson, 2005, p. 177), tal como o uso de força física e violência, que geram diversos distúrbios na criança e a busca por sobreviver à violência. Por outro lado, a força física "facilita à criança reconhecer que o abuso sexual não foi desejado e que ela foi abrigada a aceitá-lo. Dessa forma, é mais fácil para ela culpar o abusador em vez de culpar a si própria" (Sanderson, 2005, p. 178).

Como resultado desse impacto na constituição desses seres, as consequências mais comuns são o "transtorno de estresse pós-traumático, a depressão, o suicídio, a promiscuidade sexual e o prejuízo no desempenho acadêmico" (Rovinski; Pelisoli, 2019, p. 23).

No decorrer da pesquisa de campo, as educadoras Nilcilene, Michelly e Andreia trazem exemplos de como as crianças podem ser afetadas, respectivamente: autodestruição, paixão pelo abusador e culpa por ter reação biológica de prazer com o ato sexual:

*As meninas passam a querer não se arrumar mais, a questão autodestrutiva é muito forte, ela passa a fazer escolhas com a intenção de que não olhem mais pra ela, passa a ter a intenção de ser menos bonita, de chamar menos atenção. É alarmante como desde pequenas as mulheres são responsabilizadas pelas violências que sofrem, tentando justificar para si mesmas que a sua beleza ou a sua roupa tiveram relação com a violência sofrida. Eu trabalhei numa escola bem dentro da periferia, bem pertinho de um canal. A gente atendia somente crianças de três anos e um dia chegou uma criança de cinco, como a escola era integral, o conselho tutelar pediu que nós acolhêssemos porque ela estava*

*em situação de vulnerabilidade e violência. Ela morava umas duas ruas depois da escola, era violentada pelo padrasto e a notificação foi feita pela vizinhança. A mãe saía para trabalhar e deixava ela e a irmã, uma bebezinha, com ele. Os vizinhos começaram a observar a rotina daquela casa e percebiam que era frequente ele bater muito na criança e depois começar a fazer carinho para acalmá-la e se recolhiam na casa, que era quando acontecia a violência sexual, mas até a denúncia ser feita a criança já tinha passado por isso tantas vezes que essa era a única forma de afeto que ela conhecia, ela acabou se apaixonando pelo agressor. Quando ela chegou na escola ela já estava com uma família extensa, mas ainda sentia falta do padrasto (Michelle, relatório 3, p. 2)*

Rovinski e Pelisoli (2019, p. 23) dão ênfase também para as alterações causadas nos cérebros que ainda estão em formação. Nesse sentido, de acordo com cada criança e com os fatores do abuso sexual, essa violência pode alterar principalmente o desenvolvimento do cérebro desse indivíduo, o que impacta em toda sua existência, como detalha Sanderson (2005, p. 184-5). Essas alterações podem deixar a criança em estado de extremo alerta, com falhas na memória e fragilidades emocionais, na aprendizagem, nos relacionamentos, na compreensão do que é sexo, na estigmatização resultante da culpa, a sensação de traição e quebra de confiança, de impotência em proteger a si e aos outros, e fragilidade na própria compreensão de si:

Acredita-se que o abuso na infância precoce, incluindo o abuso sexual, pode perturbar a maturação saudável do cérebro e, em particular, o sistema límbico, em razão dos níveis de estresse associados à sexualização prematura. O estresse leva à secreção de hormônios esteroides supra-renais, que incluem glicorticóides humanos necessários para a resposta do tipo lutar, fugir ou paralisar. [...] Além disso, a ativação repetida do eixo hipotálamo-pituitária-supra-renal pode estressar outras funções orgânicas e corporais, o que se manifesta eventualmente em doenças relacionadas com estresse. O impacto das respostas de estresse cria problemas na regulação e na modulação da emoção, afetando a interação da criança com os outros. Além dos efeitos cognitivos, o desenvolvimento psicológico da criança também pode ser afetado em termos de formação, armazenamento, consolidação e recuperação de memória. Sem dúvida, a criança experimenta um grande quantidade de ansiedade, que pode ser reencenada. Quando ansiedades internas estão combinadas com interrupções no funcionamento cognitivo, a criança é impedida de desenvolver um sentido organizado do eu (Sanderson, 2005, p. 184-5).

Freire (2015) destaca que a opressão altera a formação do indivíduo e principalmente sua formação de ser mais humano, de ser mais gente. O autor

nos convida a reconhecer a violência como desumanização, pois quem é violado tem sua humanidade roubada, fica impedido de exercer sua totalidade devido aos efeitos da negação do seu ser.

Tendo isso em vista, a violência sexual contra crianças está presente em toda a história, tornando oprimidos e opressores menos gente no sentido freireano, de quem vive em integralidade do ser, podendo desenvolver generosidade, sensibilidade, amorosidade, tolerância, diálogo e libertação (Freire, 2015).

### **3 SINAIS DE ALERTA E SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL**

Diante da definição de violência sexual, das graves consequências às vítimas e dos dados estatísticos de que a maioria dos casos ocorre na família, a escola precisa estar atenta aos possíveis sinais de que a criança passou ou está passando por esse abuso.

Sinais os quais muitas vezes não são ditos, principalmente quando se trata de educação infantil ou educação especial, então há a necessidade de conhecê-los para prestar atendimento de imediato às crianças, como menciona a educadora Drica (relatório 1, 2024, p. 5):

O que me trouxe até aqui foi a necessidade de conhecimento, nós não somos formados para lidar com isso, eu atuo na sala de recursos, então trabalhar com a criança que não é oralizada, que não tem a comunicação funcional pode ser mais um agravante, porque para qualquer criança expressar um abuso já é difícil, imagina para uma que você mal tem contato com os olhos?! Então precisamos conhecer as crianças e conhecer sinais de alerta.

Com educadores, coordenadores e todos os profissionais da educação atentos e sem se eximir do seu papel enquanto sociedade de protetores da infância. Sanderson (2005, p. 201) traz um relato de pesquisa que demonstra o quão devastador é não estar atento a esses sintomas:

Olhando pra trás, sou capaz de ver que todos os sinais [de abuso sexual] estavam ali, apenas não podia vê-los. Se ao menos eu tivesse tido a chance de perceber o que meu filho estava tentando me mostrar, teria impedido aquilo antes... e ele ainda estaria vivo – mãe de uma criança vítima de abuso sexual que cometeu suicídio.

Esse pesar não recai somente sobre a mãe de uma vítima, mas sobre toda a sociedade que deveria tê-la protegido ou atendido em situação de sofrimento. Para que situações extremas como essa não assolem nossas escolas, precisamos que todos estejam atentos aos sinais e como proceder diante deles.

As crianças mais demonstram do que relatam abusos. Cabe destacar que cada criança é única e os sintomas podem variar entre elas. Ademais, esses alertas podem indicar outros problemas sofridos pela criança, mas a possibilidade de abuso deve ser considerada. Sanderson (2005, p. 201-203) sistematizou esses sinais como emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais:

Nem todas as crianças são capazes de revelar o abuso por temerem as consequências, mas podem encontrar múltiplas maneiras de comunicar seus medos e ansiedades aos adultos. Esses meios, de tão sutis, podem passar despercebidos ou serem muito evidente e, ainda assim, ignorados. (...) Os fatos mais preocupantes a que se deve atentar são as mudanças no comportamento, especialmente as listadas a seguir: tem comportamento sexual inadequado com brinquedos e objetos. Tem pesadelos e distúrbio do sono. Torna-se isolada e retraída. Passa por mudanças de personalidade, sente-se insegura. Retoma comportamentos de quando tinha menos idade, como, por exemplo, fazer xixi na cama. Tem medos inexplicáveis de lugares e pessoas em particular. Tem ataques de raiva. Apresenta mudança nos hábitos alimentares. Apresenta sinais físicos, como dor e feridas sem explicações nos genitais ou doenças sexualmente transmissíveis. Torna-se cheia de segredos. Recebe presentes e dinheiro sem motivo (Sanderson, 2005, p. 201-203).

Ainda conforme a autora, dentre as pistas que as crianças podem deixar do abuso que estão sofrendo, os efeitos emocionais são uns dos mais evidentes, com destaque para a vergonha. Essa vergonha se dá pela compreensão que algumas crianças já possuem de que partes íntimas são privadas, então não deveriam ter brincado com elas; ou pelo abusador pedir segredo, o que passa para a vítima a noção de algo errado que não deveria ter acontecido; ou a dupla vergonha da criança cujo corpo, ao ser estimulado, responde com prazer. Esse efeito emocional se desdobra em muitos outros, como diminuição da autoestima, inferioridade, culpa, falta de confiança, ansiedade, impotência, hostilidade, raiva, criança com mudanças repentinas sem causa aparente, regressão em situações em que a criança já havia se desenvolvido; pesadelos constantes;



comportamento autodestrutivo/autolesivo. Esses efeitos podem ser manifestados em diferentes situações associadas pela criança ao abuso sexual.

Já os efeitos interpessoais são detalhados por Sanderson (2005) no que tange aos relacionamentos travados pelas crianças vítimas, os quais são caracterizados por evitar ou erotizar a proximidade; falta de confiança; isolamento e timidez extrema; diminuição da comunicação e da espontaneidade; dentre outros. Nesse sentido, a criança que passou por abuso quer buscar estratégias para evitar que seu corpo, que sua vida seja tocada novamente.

Sanderson (2005, p. 209) ao discorrer sobre os sintomas comportamentais, dá evidência à importância da brincadeira como manifestação nata das crianças. Jogos sexuais são esperados em diferentes faixas etárias, porém, as brincadeiras que retratam algum abuso sofrido podem ser verificadas quando a criança insiste em trazer elementos sexuais ou com repertórios sexuais adultizados para a brincadeira; o mesmo se aplica aos desenhos que dão ênfase às partes privadas do corpo, à linguagem de cunho sexual; a atos sádicos com brinquedos ou animais. Nas palavras da autora:

Brincar também é um modo de a criança reencenar a própria existência, compreendê-la e obter uma sensação de domínio. Brincar ainda pode ser uma expressão purificadora e um alívio para a perturbação, a confusão e as ansiedades internas. Além disso, brincar pode revelar muito sobre o mundo interno e as experiências de uma criança sexualmente abusada. A criança pode reencenar seu abuso sexual por meio de uma brincadeira tanto com outras pessoas quanto com brinquedos.

Sanderson (2005, p. 218) também destaca a importância da atenção aos sinais cognitivos: a baixa concentração não deve ser associada unicamente ao Transtorno do Déficit de Atenção, ela pode ser uma consequência, um sinal de que a criança sofreu abuso sexual; oscilação de aproveitamento escolar (sub/super aproveitamento); fuga para fantasia, hipervigilância e esquecimento frequente. Esses impactos no cognitivo das crianças são tão evidentes porque o abuso distorce a sua noção de realidade:

Uma criança que ainda não domina o conhecimento do mundo baseia-se nos adultos para guiá-la e ensiná-la os comportamentos adequados acreditará no que os adultos lhe disserem. Além disso, se uma criança com menos de 5 anos, que tem pouco ou nenhum conhecimento do comportamento sexual, ela acreditará nisso [...] mesmo que isso contraste com o que ela realmente sente.

Esses indícios cognitivos podem ser observados com maior clareza no contexto escolar, pois a criança com extrema dor e fuga da realidade será quase incapaz de se concentrar e construir conhecimento enquanto está com medo e preocupação em como evitar o próximo abuso.

Os indícios físicos são mais raros, pois os abusadores raramente deixam marcas aparentes, porém, principalmente os casos que ocorrem com frequência, podem deixar evidências. Os sintomas que merecem atenção e que podem estar relacionados à violência sexual são: lesões nos genitais tais como vermelhidões, arranhões, manchas rochas ou fissuras; odores nos genitais, pois alguns abusadores podem passar bactérias ou Infecções Sexualmente Transmissíveis; infecção urinária recorrente; dor no baixo ventre; crianças com hematomas em outras partes do corpo também podem levantar a suspeita de abuso, todavia, a maioria dos casos não deixa sintomas físicos, por isso os profissionais devem estar atentos à criança como um todo.

Os sintomas sexuais podem ser: desenhos com repertório sexual, ou seja, comportamento sexualizado para além da curiosidade comum na infância; criança reproduzindo cenas de abuso e outras atitudes que são atípicas para aquela fase do desenvolvimento da infância -esses jogos sexuais típicos de cada idade são detalhados na quarta seção dessa pesquisa-; exibicionismo e masturbação compulsiva. Em crianças maiores: promiscuidade precoce, prostituição, problemas menstruais e gravidez na adolescência.

Apontamos a seguir um relato na íntegra de como estar atento a esses sinais pode fazer com que a criança saia de uma situação de abuso. A educadora Eliana (relatório 3, p. 2) narra como sinais emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais podem ser observados e mudar a realidade da criança, ao abordar uma situação que ocorreu com uma criança de 4 anos na UEI.

*A gente precisa conhecer nossa criança e ver os sinais que elas estão dando pra gente. Veja bem, você tem uma criança que chega feliz todos os dias, alegre, vem pra escola sem choro, fica com as outras crianças e de repente a percebe mudada. Agora ela vai se fechando, ficando agressiva e é mais fácil a gente dizer que a criança é emburrada, que está com birra. Na unidade nós já tivemos várias situações assim. Um dia, percebendo esse*

*comportamento de uma das crianças no espaço a professora me chamou e disse que a criança estava com muita birra, chateada com os colegas, não queria fazer atividade, estava mais retraída eu a orientei a observar melhor a criança e deixar acontecer. Um dia ela chegou na sala e foi rasgando tudo o que tinha na parede, jogando as cadeiras no chão. A professora me olhou desesperada na porta e eu disse: "calma, vamos levar as outras crianças para outro espaço enquanto a Fulana extravasa", e assim ela o fez, a criança jogou todas as mesas, todas as coisas ficaram de pernas pra cima até que ela se acalmou e respirou fundo, perguntei a ela se estava bem e ela disse que agora sim, daí solicitei que ela arrumasse a sala e pedisse desculpa ao colegas quando eles retornassem, ela fez exatamente assim. Após isso pedi para a professora dar uma volta com ela enquanto eu ficava com a turma, pois a criança tem confiança na professora e vai contar de alguma forma pra ela o que aconteceu: "não pergunte nada, só passeiem". Enquanto elas andavam próximo ao muro da escola viram dois alunos jovens da escola ao lado passeando também e, por ironia do destino esses dois se beijaram na boa. Quando ela perguntou: "tia, o seu namorado beija você?", a professora respondeu: "beija, ele é o meu marido. Quando você tiver idade também você vai ter um marido que vai beijar você se você quiser, mas você precisa crescer pra isso", a criança disse: "não, tia. O meu vô não deixa nem eu olhar a televisão, ele fica o tempo todo me beijando. Ele beija aqui (apontando para as partes íntimas) muito forte. Não é só o meu vô Sassá, é o vô Sissi também e ontem ele colocou um negócio lá dentro, que agora não pode nem tocar que tá doendo, tá vermelho, tá machucado".*

A partir disso, a escola pôde fazer o encaminhamento e a notificação devida, de forma que a criança, desde aquele momento, não voltou mais para a situação de abuso em que vivia de maneira duradoura.

Também podemos pensar nas características de possíveis abusadores e pedófilos. Sanderson (2005, p. 53) alerta para o potencial que há em conhecer essas características e, assim, participar efetivamente da proteção e prevenção de abusos contra crianças. A autora afirma:

*Se pudermos entrar na mente de um pedófilo [...] seremos capazes de identificar como os pedófilos escolhem as crianças, como a aliciam para aceitar o abuso e que estratégias utilizam para impedir que ela revele o abuso para outras pessoas. Quando se está munido de informações detalhadas, há possibilidade de proteger as crianças de serem abusadas sexualmente.*

A premissa básica destacada por Sanderson (2005) é que os abusadores são pessoas que não parecem suspeitas, são as feições mais dentro dos padrões de normalidade possíveis. Antigamente, a fala principal de pais e responsáveis

era “cuidado com estranhos”, porém, hoje ela precisa evoluir para “cuidado com todos”, não para gerar temor em pais e crianças, mas para ter a compreensão de que qualquer pessoa, apesar de estereótipos, pode ser um abusador.

Hoje, a maioria dos casos ocorre no âmbito de convivência das crianças (não mais por casos isolados de sequestro e morte), seja por familiares ou vizinhos, os quais aliciam primeiramente os pais, responsáveis e professores para então aliciar as crianças, ou seja, são adultos que ganham a confiança para estarem mais próximos às suas possíveis vítimas e que podem ser qualquer pessoa. A respeito desse perfil, a participante Leide (relatório 1, 2024, p. 4) traz um relato pertinente:

*A gente sabe que a maioria dessas coisas acontecem dentro de casa, é uma coisa muito próxima a nós. Começo a minha fala afirmando que faço parte dessas estatísticas (crianças que sofreram abuso), é algo que trabalho com a minha psicóloga e vou falar até onde eu dou conta. Eu fui abusada sexualmente e nunca falei sobre isso nem com os meus pais. O nosso círculo dialógico passado foi um desafio pra mim, a vontade que eu tive foi de sair daqui correndo. Ouvir sobre essa temática é algo que me faz sentir no lugar de cada uma dessas crianças porque é algo que eu vivi. Eu tenho 38 anos e agora eu consigo falar sobre isso, porque agora eu faço tratamento na psicoterapia. Eu não estou totalmente curada, é algo que vou tratando e vou levar pro resto da vida. Eu não tive só um abusador, eram pessoas que meus pais confiavam, que estavam dentro da minha casa, que são meus parentes. Eu fui perceber que fui violentada depois de grande, depois de saber o que era uma relação sexual, mas tinha no meu subconsciente que era algo ruim, que não queria e não conseguia falar sobre. Então, esses encontros agora foram um gatilho pra mim, de falar sobre isso e não levar isso pro tumulto. Eu saí daqui e falei pro meu marido que não saberia se voltaria, mas eu, como professora das infâncias eu quero identificar uma criança que pode estar sendo violentada, porque não conseguiram me identificar e o abuso só perdurou e continuou acontecendo com diferentes abusadores (Leide, relatório 1, 2024, p. 4).*

Assim, é de suma importância estar atento a todos que possuem alguma proximidade com a criança, pois todos podem ser possíveis abusadores, não há um rótulo escancarado nessas pessoas. Rovinski e Pelisoli (2019, p. 33) destacam a:

Impossibilidade de se traçar um perfil único de agressor sexual. Homens e mulheres de qualquer classe socioeconômica, etnia, grupo étnico ou religião podem abusar sexualmente de crianças e

adolescentes. A maioria dos abusadores não tem comportamento criminal específico e apenas 4% sofrem de doença mental severa.

Tendo isso em vista, não há um perfil único e todos são passíveis de observação atenta dos responsáveis das crianças. O que as autoras apontam que há em comum nos abusadores é a motivação, a superação de inibições internas, a superação de barreiras externas e a superação de quaisquer resistências da criança.

Nesse intuito, que os abusadores têm de romper barreiras. Devemos estar vigilantes com adultos que apresentam atitudes exageradas de afeto e presentes para as crianças que são seus alvos. Os abusadores criam vínculo com a criança a fim de não ter nenhuma barreira de acesso a elas, com isso a criança passa a não conseguir distinguir carinho de abuso. Além disso, pode ser um adulto com predileção exagerada por uma criança, fazendo de tudo para ganhar a confiança integral dessa criança, tal como o caso mencionado pela educadora Eliana (relatório 3, p. 3):

*A gente via a relação do padrasto exagerada com uma menina e ficava se preocupando com esse excesso, enquanto o filho biológico menino não recebia a menor atenção do pai, ao investigarmos a fundo descobrimos e notificamos que ele abusava da menina, ao ser denunciado ele fugiu com ela.*

O contrário também se aplica: adultos com brincadeiras de gerar desconforto e irritação com determinada criança também pode ser um sinal de alerta, pois a criança percebe que os pais aceitam esse adulto causar esse desconforto a ela e o abusador usa essa situação para convencer a criança de que os adultos nunca irão defendê-las.

Outra característica alarmante são adultos mais próximos das crianças do que de outras pessoas da sua idade em eventos. Ademais, adultos que encontram formas de ficar a sós com a criança, distante do olhar de todos, também se configuram como um alerta.

Durante a pesquisa de campo, um outro sinal de alerta surgiu quanto a possíveis abusadores: as pessoas que normalizam e defendem outros abusadores. Logo, mesmo falas corriqueiras e comentários inofensivos que coloquem a segurança das crianças em segundo plano devem ser repreendidos e problematizados, como afirmou a educadora Eliana (relatório 1, 2024, p. 5):

*Ano passado eu tive uma triste realidade onde eu trabalho, saiu inclusive em todos os jornais, que um motorista de transporte escolar abusou sexualmente de uma aluna e um dos servidores que trabalha na nossa unidade disse assim: "mas ele era tão bonzinho, professora! Era responsável, era pastor". Essa fala da funcionária foi recorrente, até o momento que a questioneei perguntando por que ela estava o defendendo, sendo que quem precisa de defesa é sempre a criança. E para minha surpresa ela me respondeu o seguinte: "professora, o meu pai fazia isso comigo e minha mãe me dizia que isso era normal, que era besteira, hoje em dia tem muita frescura". Então, imediatamente, eu a encaminhei para atendimento com psicólogo, porque a gente precisa detectar falas preocupantes até no meio dos nossos colegas.*

Reiteramos, todos esses sinais e sintomas manifestados pelas crianças podem indicar diversas outras situações problemáticas ou não, mas também não podem excluir a possibilidade de abuso sexual. Com a criança apresentando algum desses sinais, fica evidente que ela precisa da ajuda da escola, sem que a escola ignore. Destacamos também que adultos com os comportamentos mencionados acima não são necessariamente abusadores, mas devem ativar alerta aos protetores das crianças.

Estar atento a esses sinais e sintomas nos auxilia a compreender as diferentes comunicações das crianças, elas buscam dizer a sua palavra, ainda que, muitas vezes, paralisadas por opressões.

Freire (2015) afirma que dizer a sua palavra é uma forma de transformar o mundo, toda palavra deve ser ouvida, a credibilidade não pode ser privilégio só de alguns; dizer a sua palavra é uma forma de romper com a cultura do silêncio e com diversos ciclos de opressão. Diante disso, precisamos estar capacitados, sensíveis e participantes da rede de proteção para acolher crianças que nos julgam de confiança para dizer sua palavra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentre os dilemas cognitivos, sociais, culturais entre outros que afetam a educação, a violência é um deles e não é de hoje. Historicamente crianças tem tido seu corpo físico marcado pela negação e opressão, inclusive sexual. Esse tipo de violência é um debate que precisa surgir no âmbito das pesquisas em educação, pois, como abordamos anteriormente, é uma violência que afeta toda a existências dos indivíduos, inclusive seu desempenho escolar. Mais do que

surgir nas pesquisas, urge surgir nas práticas e vivências escolares como estratégia de prevenção e enfrentamento, para que essa proteção ocorra de forma eficiente é preciso conhecer sobre os tipos de violência, como elas ocorrem e como as vítimas apresentam sinais, a fim de que a violência não permaneça acontecendo por anos e anos como os dados estatísticos tem evidenciado.

Essa é uma pauta a ser debatida e aprofundada por diferentes áreas do saber, pois não há rede de proteção atuando sozinho. A educação, a saúde, a psicologia, o direito, a medicina e o serviço social precisam se posicionar em prol de crianças e adolescentes. Como a família tem falhado nessa proteção a sociedade deve atuar como protetora.

## REFERÊNCIAS

ABADE, ANCIÃES, Alexandre; AGULHAS, Ruth. **Grande Livro sobre a Violência Sexual: compreensão, prevenção, avaliação e intervenção**. Lisboa, Edições Sílabo, 2022.

AZAMBUJA, Maria. **Violência Sexual Intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

BAUMEL, C. P. C. et al.. Atitudes de Jovens frente à Pornografia e suas Consequências. **Psico-USF**, v. 24, n. 1, p. 131-144, jan. 2019.

CHAUI, Marilena. Ética, política e violência. In: Camacho, Thimoteo (Org.). **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003.

DUSSEL, Enrique. **1492 o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

FALEIROS, Vicente de Paula e FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes**. 2ª Ed. Brasília: Unesco/MEC, 2008.

FERRARI, Delka; VECINA, Tereza. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Editora Agora, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 59 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GASPAROTTO, Denise; MENEGASSI, Renilson. Aspectos da pesquisa colaborativa na formação docente. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 948-973, set./ago. 2016.

KILBOUME, Jean; LEVIN, Diane. **A infância perdida: como orientar nossas crianças na era da sexualidade precoce**. Boston: Gente, 2009.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-23, 1999.

O'CONNEL, Rachel. **A Typology Of Child Cyber Sexploitation Ando N-Line Grooming Practices**. Preston: University of Central Lancashire, 2003.

OLIVEIRA, Margareth Laska de. **A leitura da erotização da infância e da cultura do estupro**: denúncia social na obra Sapato de salto, de Lygia Bojunga. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

ROVINSKI, Sonia; PELISOLI, Cátula. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**: testemunho e avaliação psicológica. São Paulo: Vetor, 2019.

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos e pedofilia: São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza *et al* . Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 231-238, Sept. 2015.

## Sobre as autoras

### **Hanna Teixeira Gomes Corrêa Leão Teixeira**

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Pará - UEAP

Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Contato: hannatamiresleao@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2930-9963>

### **Ivanilde Apoluceno de Oliveira**

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Docente da Universidade do Estado do Pará - UEPA

Contato: nildeapoluceno@uol.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3458-584X>

**Artigo recebido em:** 3 de maio de 2025.

**Artigo aceito em:** 3 de junho de 2025.